

GDF e pais brigam por alunos especiais

Educadores criticam proposta de adotar ensino regular para todos os portadores de deficiência já no próximo ano

A inclusão dos alunos especiais no ensino regular está causando novo confronto entre pais, professores e a Secretaria de Educação. Em reunião realizada ontem à tarde, representantes da secretaria confirmaram a intenção do governo de implantar o projeto no início do ano letivo de 2000, previsto para 10 de fevereiro. Os responsáveis pelas crianças excepcionais, o Sindicato dos Professores (Sinpro) e o Sindicato dos Auxiliares em Educação querem mais tempo para avaliar o projeto e defendem a adoção da medida só a partir de 2001.

"Não entendo o porquê da pressa em implantar o projeto", disse Márcia Matias, mãe de uma menina especial de seis anos, aluna do Centro de Ensino Espe-

cial 2, no Plano Piloto. "A Carta de Salamanca e o Estatuto da Criança e do Adolescente, que tratam do assunto, recomendam maior participação da comunidade na discussão da inclusão dos especiais no ensino regular." Ontem à tarde, ela esteve na reunião da comissão de pais e professores de crianças especiais com representantes da Secretaria de Educação.

A proposta não chegou a ser discutida com os pais, professores e funcionários de escolas especiais, lembrou Márcia. "Apenas fomos informados na escola que o governo iria fazer a inclusão dos especiais no ensino regular. Não houve qualquer debate." Segundo ela, o projeto da Secretaria de Educação é datado de março deste ano. "Mas somente

há uns 20 dias conseguimos conhecê-lo, depois de recorrermos ao Ministério Público, que pediu uma cópia ao governo."

O Sinpro também considera precipitado implantar o projeto em 2000. "Não somos contra a proposta, mas divergimos da forma como foi montada", explicou o professor Lúcio Rogério Gomes dos Santos, diretor do Sinpro. "Precisamos de mais tempo para discuti-la com toda a comunidade, como recomenda a Lei de Diretrizes e Base da Educação."

"Somente hoje (ontem) conseguimos nos reunir pela primeira vez na secretaria para tratar do assunto", destacou o diretor do Sinpro. No encontro, revelou ele, a Secretaria de Educação informou que irá promover um curso de 100 horas — 20 presenciais e 80 a distância —, ainda em dezembro, para preparar 400 professores para dar aulas aos especiais. Para Santos, o prazo é curto demais, o que poderá trazer prejuízos futuros ao aprendizado das crianças especiais.